



CONGRESSO NACIONAL  
EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025

**EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025**  
**(à MPV 1300/2025)**

Acrescente-se art. 11 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 11.** A Lei nº 5.899, de 05 de julho de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 10-A.** A partir de 1º de janeiro de 2026 a potência de ITAIPU, bem como a alocação dos custos e da energia correspondentes, deverão, após prévia exclusão do consumidor beneficiado pela Tarifa Social de Energia Elétrica, integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda, alocada entre todos os consumidores livres, concessionárias e permissionárias de distribuição do Sistema Elétrico Interligado Nacional, conforme regulamento, observados os seguintes critérios:

I – Os custos e a respectiva energia total serão alocados proporcionalmente ao consumo verificado de cada consumidor que contrate sua energia no Ambiente de Contratação Livre e do somatório do consumo atendido no Ambiente de Contratação Regulada de todas as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica;

II – O rateio da energia e dos custos atribuídos ao Ambiente de Contratação Regulada será feito na proporção



inversa das tarifas da Subclasse Residencial de cada concessionária e permissionária de distribuição.’ (NR)”

## **JUSTIFICAÇÃO**

Visa-se estabelecer medida para redução de dispersões tarifárias na Subclasse Residencial em geral, em prol do equilíbrio nos incentivos à tomada de decisão dos consumidores, por meio de critérios de alocação de energia compulsória e dos custos da Conta de Desenvolvimento Energético na proporção inversa dessas tarifas.

Sala da comissão, 27 de maio de 2025.

**Deputado Julio Lopes**  
**(PP - RJ)**  
**Deputado Federal**

